

ESCOLA DO RECIFE

Escola de pensamento surgida Faculdade de Direito do Recife na década de 1870.

OS PRIMEIROS CURSOS SUPERIORES

As Faculdades de Direito surgiram no Brasil no início do século XIX, ligadas ao processo de independência nacional, e participaram ativamente da construção da nova realidade política. Tal processo exigia, além de juristas e funcionários do Estado, um conjunto de respostas institucionais às demandas de um país que, mesmo rompendo com o estatuto colonial, mantinha contraditoriamente um imperador português na chefia da nação e uma pesada herança agrário-escravista.

Na América portuguesa colonial não havia a necessidade de formação de administradores ou mesmo de juristas, pois seus quadros político-administrativos eram preparados na Universidade de Coimbra. Do Reino vinham as leis, as instituições administrativas e os funcionários gradados. Diferente, no entanto, seria a situação do país liberto, que passaria a exigir dirigentes e legisladores com nova mentalidade, adequada às demandas da nação autônoma em construção. É nesse contexto que deve ser entendida a aprovação do projeto de 31 de agosto de 1826, transformado em lei imperial em 11 de agosto de 1827, que criou as Escolas de Direito de São Paulo e de Olinda, esta última posteriormente transferida para Recife.

Não se imagine, porém, que as Faculdades de Direito no Brasil imperial contribuíram somente para a formação de juristas e de quadros políticos e administrativos. Elas tiveram ativo papel no desenvolvimento do pensamento social, lugar de certo modo ocupado, até então, pelos seminários católicos. Ao longo do Império, e mesmo no início do período republicano, transformaram-se em centros aglutinadores das humanidades, preparando e formando as primeiras gerações de pensadores brasileiros e até de poetas e de literatos. Pode-se afirmar, portanto, que aos cursos de direito, para onde afluíam os filhos das elites rurais, foi atribuída a missão de formar bacharéis aptos a assumir o papel de dirigentes

responsáveis pelos destinos do país, e, também, de preparar intelectuais capazes de refletir e formular projetos para a nação.

Em que pesem os propósitos comuns, cada uma das duas escolas guardaria especificidades, seja quanto à orientação intelectual e profissional, seja quanto às funções ideológicas. É bem conhecida a inclinação política liberal da Escola de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, um “liberalismo sem ilusão” nos termos de Roberto Ventura em *Estilo tropical*, que contraditoriamente bem conviveu com a ordem monárquico-escravista e formou gerações de altos dirigentes nacionais. Já a Escola do Recife se tornaria produtora e difusora de um pensamento social calcado em concepções teóricas que mesclavam o positivismo com o evolucionismo determinista do darwinismo social e que tinha na questões da raça e da miscigenação o foco de suas formulações doutrinárias.

A Escola do Recife, sem dúvida, teria papel de destaque na constituição de interpretações sobre o Brasil que ampararam a visão de mundo das elites dirigentes e deram suporte teórico aos projetos de construção de uma “nação civilizada” nos trópicos desenvolvidos entre o final do século XIX e início do século XX.

A ESCOLA DO RECIFE

Em 15 de maio de 1828, foi inaugurada a Faculdade de Direito no Mosteiro de São Bento, em Olinda. A nova escola, além de atender à estratégica localização setentrional num país de tão larga extensão, deveria colocar sob controle e vigilância o radicalismo republicano que desde 1817 grassava em Pernambuco e que, não poucas vezes, contestara em armas a ordem imperial imposta pelo Rio de Janeiro.

Na primeira fase de sua existência, a Faculdade de Direito em Olinda reproduziu a estrutura da Escola de Coimbra, mantendo-se sob a forte influência da Igreja Católica. No entanto, após sua transferência para o Recife, em 1854, passou por um conjunto de profundas reformas acadêmicas de tendências laicas e republicanas, de indelével matiz positivista, levadas à frente por “intelectuais independentes”. Foi no quadro dessas mudanças que se separaram os currículos dos cursos de “ciências jurídicas” e de “ciências sociais”, das quais

faziam parte, entre outras cadeiras, as ciências da administração, a economia política, a higiene pública e a história dos tratados, segundo informa Lilia Schwarcz no livro *O espetáculo das raças*.

Essas mudanças propiciaram o desenvolvimento de formulações teóricas, fortemente marcadas pelo racionalismo científico, que iriam combater a metafísica, a tradição supersticiosa e o clericalismo católico conservador. O ímpeto crítico e a penetração desse ideário no debate teórico e político no Brasil seriam de tal ordem que, na década de 1870, já se falava de uma “Escola do Recife”, cuja produção e influência de largo, no entanto, ultrapassavam os limites regionais de Pernambuco.

Entre os intelectuais empenhados em introduzir a razão científica nos estudos jurídicos e o positivismo e o evolucionismo darwinista na produção do pensamento social estavam Tobias Barreto e Sílvio Romero, que iriam formar a vanguarda do que veio a ser conhecida como “Geração de 1870”. Dela também faziam parte Aníbal Falcão, Franklin Távora, Araripe Jr., Clóvis Beviláqua, Higino Cunha, Graça Aranha, Artur Orlando e Martins Jr. Abolicionistas e republicanos, esses literatos e pensadores eram homens que tinham em comum a origem social numa classe média urbana ascendente, distanciada do mundo agrário escravista e marginalizada com relação à política imperial. Capazes de se distanciar criticamente da ordem escravista monárquica, puderam defender a laicização da sociedade brasileira e combater o ideário romântico que, ao final do século XIX, fornecia as referências para a formação da identidade nacional.

Comprometido com a “modernização” do Brasil, Tobias Barreto chegou a propor o desenvolvimento de uma “ciência política positiva”, capaz de neutralizar conflitos sociais e ideológicos como os que martirizavam o Império em meados do século XIX. Nos seus termos, a noção de modernização tinha um forte comprometimento com a idéia de progresso, entendido, nos moldes positivistas, como o esclarecimento dos indivíduos por meio da razão. Leitor de filósofos alemães (Haeckel, Buckle), Barreto foi o difusor de pensadores que marcariam o perfil acadêmico da Escola do Recife: Le Bon e Gobineau, Spencer e Darwin, Littré e Le Play. Da difusão das idéias desses teóricos nasceria uma

concepção “científica” do direito, influenciada pela antropologia determinista, pela biologia evolutiva.

É importante que se lembre também que, por essa época, o cientificismo naturalista transbordou o âmbito do direito, contaminando a literatura, a crítica literária e, até mesmo, a poesia. Os romances naturalistas, dos quais *A carne* de Júlio Ribeiro é clara expressão, colocaram em evidência essa tendência à naturalização evolucionista do pensamento produzido à sombra da Escola do Recife.

Entre todos os pensadores, no entanto, destaca-se Sílvio Romero, cuja influência chegou às gerações subsequentes de autores que marcaram profundamente o pensamento social brasileiro, tais como Euclides da Cunha, Oliveira Viana e Gilberto Freire. Romero, segundo informa Lilia Schwarcz, foi um típico “homem de ciência” do século XIX, polemista e grande agitador intelectual, comprometido com as questões nacionais de seu tempo, analisadas à luz do ideário naturalista e evolucionista. Levando às últimas consequências a concepção da ciência como forma privilegiada do saber, fez contundente denúncia do romantismo e acerba crítica à sociedade imperial em seu livro mais importante, *Historia da literatura brasileira*.

Sustentado pelas teorias de Haeckel, Darwin e Spencer, Romero localizava os problemas do povo brasileiro e do caráter nacional no princípio biológico da raça. Para ele, a mestiçagem seria a saída para a construção da homogeneidade nacional. Todo brasileiro era um mestiço, tanto no “sangue” como nas “idéias”, expressando “a vitória do branco no país”. O mestiço, segundo ele, era o produto final de uma raça em formação.

Que não se conceba, no entanto, Sílvio Romero como um democrata defensor da igualdade original entre os homens. Segundo suas concepções racistas, a mestiçagem seria o caminho para extinguir os grupos indígenas e negros através de sua diluição na raça branca. Em outros termos, a mestiçagem era apresentada como a via de assimilação das raças inferiores, que possibilitaria ao Brasil escapar dos prognósticos pessimistas anunciados por teóricos como o conde Arthur de Gobineau, para quem a população brasileira, “totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia”, inviabilizaria a existência

da nação civilizada. Em última instância, Romero dava voz às proposições que alimentavam o programa de imigração de trabalhadores europeus para o Brasil, concebido não apenas como a constituição de um mercado capitalista de força de trabalho, mas como um processo de aceleração do branqueamento do país em construção.

Maria Aparecida de Paula Rago/Rosa Maria Vieira

FONTES: ALONSO, Â. *Idéias*; CANDIDO, A. *Método*; CHACON, V. *Formação*; COSTA, J. *Contribuição*; IANNI, O. *Raças*; SCHWARCZ, L. *Espetáculo*; VENTURA, R. *Estilo*.